

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4389/2022-PGJ, DE 1º.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, com suas modificações, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, tornando-se sem efeito a Portaria nº 3822/2022-PGJ, de 29.7.2022, na parte que alterou o plantão da área cível no período de 26.9 a 3.10.2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
26.9 (19h01min) a 3.10.2022 (11h59min)	Antenor Ferreira de Rezende Neto

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
26.9 (19h01min) a 3.10.2022 (11h59min)	Daniela Cristina Guiotti

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4466/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 8 e 9.9.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2006 a 6.1.2007, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4467/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 2 (dois) dias de compensação nos dias 8 e 9.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 16 a 22.5 e 22 a 28.8.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4468/2022-PGJ, DE 6.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 1 (um) dia de compensação no dia 4.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 19.12.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4469/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 2 (dois) dias de compensação nos dias 5 e 6.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 18 e 19.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4470/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa 2 (dois) dias de compensação nos dias 3 e 4.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 28.3 a 4.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4471/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 7 a 11.11.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1992, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4472/2022-PGJ, DE 6.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1101/2021-PGJ, de 21.9.2021, com redação dada pela Portaria nº 5088/2021-PGJ, de 6.12.2021, na parte que concedeu férias regulamentares ao Promotor de Justiça Marcelo Ely, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, de forma que, onde consta: “28.9 a 7.10.2022”; passe a constar: “13 a 22.10.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4502/2022-PGJ, DE 8.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3145/2022-PGJ, de 27.6.2022, que indeferiu ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, de forma que, onde consta “20.7 a 8.8.2022”, passe a constar “25.7 a 13.8.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4503/2022-PGJ, DE 8.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2588/2022-PGJ, de 31.5.2022, que indeferiu ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, de forma que, onde consta “no período de 1º a 20.7.2022”, passe a constar “nos períodos de 1º a 15.7 e 8 a 12.8.2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4512/2022-PGJ, DE 8.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul no período que antecede às eleições de 2022, conforme segue:

DIAS DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
10 e 11.9.2022	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4504/2022-PGJ, DE 8.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 5 (cinco) dias de compensação no período de 18 a 22.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 8 e 19.4.2022 e no período de 21 a 24.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4505/2022-PGJ, DE 8.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 4 (quatro) dias de compensação no período de 18 a 21.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 8.5, 11 e 12.6 e 9.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 4388/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 30/PGJ/2022, 31/PGJ/2022, 32/PGJ/2022, 33/PGJ/2022 e 34/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2) Fiscal – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe de Divisão; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (Processo SAJ nº 09.2021.00006792-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4321/2022-PGJ, DE 25.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 69ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 16.9.2022, em razão de afastamento da servidora Lenice Mie Joboji, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4474/2022-PGJ, DE 6.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Felinto Paes de Barros Neto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Rádio e TV no período de 29.8 a 6.9.2022, em razão de afastamento do titular, Flávio Sobreira Aquino.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4475/2022-PGJ, DE 6.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Anderson Pinheiro Mariano, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo nos dias 9 e 12.9.2022 e 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da titular, Magaly Carvalho Brunet.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4511/2022-PGJ, DE 8.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de TI no período de 12 a 14.9.2022, em razão de afastamento do titular, Gustavo Rocha Lobato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4523/2022-PGJ, DE 8.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação no dia 8.9.2022, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4525/2022-PGJ, DE 8.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Augusto Ferreira da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Sonora, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos períodos de 5 a 14.9.2022 e de 21 a 30.9.2022, em razão de afastamento da servidora Laura Aparecida Soares Pedroso, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1047/2022-PGJ, DE 8.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Armênia Rodrigues da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 22.9 a 1º.10.2022 e de 5 a 14.6.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 17ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006442-2.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001144-2.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006304-1.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002409-8.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002122-5.

6. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003721-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003165-0.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001309-8.

8. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001384-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006583-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005346-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003212-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001086-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002012-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001622-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002454-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001909-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000607-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000382-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001163-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002913-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003378-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003293-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001757-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003294-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003652-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003296-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003821-0.

9. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004982-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004537-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003411-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001302-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001278-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005538-5.

10. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004537-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004030-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006783-0.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005299-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003310-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002803-7.

12. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00007072-0.

1.2. Comunicação de Termos de Ajustamento de Conduta firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme § 9º do art. 6º da Resolução nº 006/2019-CPJ, de 5.4.2019:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0617/2022/16PJ/DOS, de 25.8.2022, o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, encaminha cópia do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Cível nº 06.2018.00001363-2, bem como da sentença homologatória, para fins de registro, nos termos do Enunciado nº 23, de 2.6.2020. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00097250-6*)



1.3. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.3.1. Conselheiro O EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008154-3:

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00000629-0.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000607-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000632-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000708-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000254-6.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000847-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001209-9.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001382-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000513-6.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000740-1.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000862-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000314-9.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000470-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2020.00001030-6.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000109-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000424-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000448-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000504-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000600-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000115-9.

1.3.2. Conselheiro O FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008157-6:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00001353-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002161-7.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001256-6.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001501-9.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001356-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001394-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000514-7.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000775-6.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001806-4.

46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000228-3.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000388-2.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000423-7.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000345-7.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000105-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000491-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000594-0.

1.3.3. Conselheiro O GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008158-7:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000749-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2017.00001366-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001088-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001277-7.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001305-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001329-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000652-4.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000846-6.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000860-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000435-9.

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000573-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000366-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000385-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000422-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000408-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000879-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000656-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000506-2.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000717-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000269-1.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000317-9.

1.3.4. Conselheira LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008160-0:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**



Inquérito Civil nº 06.2017.00000666-0.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000769-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001215-5.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000679-0.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001439-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000696-8.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000108-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000310-9.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000357-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000379-7.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000305-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000409-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000586-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000606-1.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000238-0.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000255-8.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001641-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico

Assunto: Apurar possível prejudicialidade a direitos coletivos (lato sensu) dos consumidores em razão da suspensão, ou negativa de cobertura, de tratamento psicoterapêutico ABA ("Applied Behavior Analysis") e "Floortime" para portadores do Transtorno do Espectro Autista TEA.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001838-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Geraldo Alves e Robson Cheverria Moreira.



Assunto: Apurar os danos ambientais praticados por Geraldo Alves e Robson Cheverria Moreira, em razão do abate de animais silvestres no município de Bonito, sem autorização dos órgãos ambientais.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000384-2

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Colégio Geração Objetivo.

Assunto: Apurar eventual violação ao disposto no artigo 39, do Código de Defesa do Consumidor, em razão de "venda casada" de atividade extracurricular pela Escola Geração.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000129-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na compra de móveis (poltronas) pela Câmara Municipal de Terenos/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000726-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Amambai/MS, Edinaldo Luiz de Melo Bandeira – Prefeito Municipal de Amambai, Jauro Bittencourt Moretto, Secretário Municipal de Gestão

Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto aos gastos do Município de Amambai com a aquisição de canetas personalizadas, objeto do Processo Licitatório nº 080434/2020-Carta Convite nº 001/2020 e processo de execução contratual nº 081817/2020.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000392-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e violação à Lei de Responsabilidade Fiscal pelo ex-Prefeito do Município de Fátima do Sul, tendo em vista ter contraído despesas que não foram cumpridas durante o seu mandato, bem como não ter deixado disponibilidade de caixa suficiente para adimplemento dos débitos.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001561-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Associação Atlética Banco do Brasil – AABB

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Clube AABB de propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil, às margens do Rio Apá.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001659-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX - Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Leonildo Bigatão Filho e Outros

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Chefão de propriedade de Leonildo Bigatão Filho e outros, as margens do Rio Apa.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002241-0 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Ponta Porã

5. Inquérito Civil n. 06.2018.00002775-9 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Terenos

**6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000009-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Cavalcante e outro

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades no Pregão Presencial 051/2011, que resultou na contratação das empresas “Casa do Asfalto” e ALMEIDA & SECCO LTDA, bem como eventual necessidade de recomposição do erário.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000831-1 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001419-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar a falta de combustível de veículos do Município de Nioaque, com prejuízo à prestação de serviços públicos essenciais à população local.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000271-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Pedro Antônio Fiuza Moraes

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental, conforme Ofício nº 360/2016/CAOMA.

10. Inquérito Civil nº 06.2020.00000274-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cláudio Balzan

Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Água Clara - matrículas 783 e 1716, pertencente ao Sr. Claudio Balzan, localizada ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foi objeto de diagnóstico ambiental.

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000848-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Serralheria Aço Forte

Assunto: Apurar possível dano ambiental relacionado a operar empreendimento potencialmente poluidor sem Licença Ambiental.

12. Inquérito Civil nº 06.2021.00001245-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lauro Veloso Malaquias e Marisa Silveira Malaquias

Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 3,44 hectares em Área Remanescente de Vegetação Nativa, Área de Preservação Permanente e Área de Reserva Legal na Fazenda Morro do Canastrão, de acordo com o Laudo Técnico n.º 178/2021/Nugeo.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00000196-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Magno Danas Vilela e Gabriel Nascimento Dantas Vilela

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 9400 m² de vegetação nativa, na Fazenda São Pedro do Pombo - Parte 3, em Três Lagoas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 262/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**14. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000637-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Analisar laudo 004/2019 do NUGEO/Bonito, que informa o desmatamento de 20,64 hectares na Fazenda Nossa Senhora de Fátima.

2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000478-1**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar e tomar providências em relação à falta de acessibilidade na Casa da Saúde em Campo Grande.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000981-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei Pasini

Assunto: Apurar desmatamento em área de Savana Florestada, na Fazenda Ano 2000, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000904-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Renato de Souza Rosa, MAK Construtora e Comércio Ltda e Franklin Araújo de Magalhães

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa por parte do prefeito afastado Renato de Souza Rosa e demais requeridos, consistente em fraude em licitação, contratação irregular, terceirização irregular de serviços e desvio de verbas relacionadas ao contrato nº 194/2013, tomada de preços nº 010/2013, referentes à construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS do Programa de Saúde da Família – PSF no Bairro Planalto, em Bela Vista/MS, com 324,51m² - Originalmente apurados nos autos do IC 59/2015.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000677-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Messias Almeida

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 35,48 hectares de vegetação nativa, sem autorização da autoridade ambiental competente, ocorrido na Fazenda 15 de Agosto, localizada em Porto Murtinho/MS, constatado pelo Parecer Nugeo nº 674/17.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001006-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Pereira Pardin

Assunto: Apurar desmatamento de 3,05 hectares em área de Reserva Legal, e constatou-se que 2,99 hectares incidem em área de Mata Atlântica, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa DNA Ambiental, Parecer nº 46/21/NUGEO e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 41/2ºPEL/4ºCIA/BPMA/2021.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001223-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Johnys Hemory Denis Basso

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível falsificação do texto do projeto de lei n. 17, de autoria do vereador Johnys Hemory Denis Basso, o qual teve seu artigo parcialmente adulterado, após aprovação do projeto pelos vereadores.

**2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001201-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Omar Zakaria Suleiman

Requeridos: Everton Garcete de Lima, Enio Gonçalves Vasconcelos, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior e Fábio Carvalho Mendes

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa, tendo em vista eventual ilegalidade na contratação de pessoa física para a prestação de serviços de eletricidade durante o ano de 2016 para o Município de Fátima do Sul, bem como à não execução destes serviços.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001064-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000457-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: André Luis Tonsica Mudri

Assunto: Apurar a conduta do então Secretário de Receita e Gestão do Município de Coxim, André Luis Tonsica Mudri, que teria celebrado acordo extrajudicial para pagar débitos municipais fora do regime de precatório.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000530-2

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: FLORI JOSÉ DE PELEGRIN.

Assunto: Apurar irregularidade ambiental consistente na construção de uma valeta em Área de Preservação Permanente na Fazenda Lagoa Azul, em Dourados-MS.

Advogados: Gervasio Scheid – OAB/MS nº 3.802 e Osmar Silva OAB/MS nº 6.398.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000181-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo José Araújo Corrêa

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 49,08 hectares, ocorrido entre 19/07/2014 e 07/08/2015, e de 182,28 hectares, ocorrido entre os anos de 21/01/2016 e 27/01/2017, sem autorização do órgão competente, na Fazenda Adriana, localizado neste município.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001465-6

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade habitacional consistente na entrega de casas do residencial denominado Estrela Jupy pela Prefeitura Municipal de Dourados, sem rede de esgoto e pavimentação asfáltica.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000895-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Calcário Itamarati/Orô Yte

Assunto: Apurar eventual dano ambiental e desrespeito à Licença de Operações Ambiental pela empresa de Calcário Itamarati/Orô Yte, pela suspensão de poeira na Estrada da Caieira causada por intenso trânsito de caminhões.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001127-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001244-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Alverne Moreira

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da má utilização do solo na Fazenda São Máximo, bem como averiguar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001766-1

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual - 2 Promotoria de Justiça de Ivinhema

Requeridos: Prefeitura Municipal de Ivinhema – MS e Someco Colonização S/A

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a execução da regularização fundiária do

Distrito de Amandina, no que se refere aos imóveis doados pela Someco S/A no Município de Ivinhema, inicialmente apurados nos autos do Inquérito Civil 011/2PJI/2016.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002075-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Laguna Carapã

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa prevista no art. 10, Incisos IX, XI e XII da Lei n. 8.429/92, nos termos do IC 024/2013/PJPPS/DD.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001442-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Usuários da estrada do Morro da Mangava

Requerido: Município de Cassilândia

Assunto: Apurar eventual omissão do município de Cassilândia na regularização da estrada vicinal "Morro da Mangava".

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000815-9 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001120-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Rio Negro

Requerido: Valentin Pequim

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 16,8 hectares, sem a autorização de órgão competente, fato ocorrido na Fazenda Espora, de propriedade de Valentin Pequim, localizada no município de Corguinho/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000052-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Alvorada do Sul

Requeridos: Ana Divanir Pototski e José Pototski

Assunto: Apurar desmatamento de 4.300 m² em área de vegetação nativa, na Fazenda Pontal, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 369/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil n.º 06.2019.00001441-3

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fundação de Saúde de Dourados - FUNSAUD

Assunto: Apurar eventual falta de segurança nos hospitais que atendem pelo SUS.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000527-7

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Inocência



Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar ausência do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON no Município de Inocência/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9 – SIGILOSO

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000968-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao atraso de salários e à forma de contratação de servidores pela Fundação de Serviços de Saúde de Nova Andradina/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001758-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Pedro Paulo Scheffel, Ivany Schwartz Scheffel, Paulo Bernardo Scheffel e Nadir Teresinha Scheffel.

Assunto: Adequar as condutas apuradas aos parâmetros da lei, recomposição da vegetação nativa e compensação o dano causado, delimitando e respeitando a APP, com o objetivo de colaborar e garantir melhor qualidade de recursos hídricos presentes e da biodiversidade que depende desse ecossistema, com cominação de pena pecuniária em caso de descumprimento.

Advogados: Felipe Cazuo Azuma – OAB/MS nº 11.327, Ewerton Araujo de Brito – OAB/MS nº 11.922, Alberi Rafael Dehn Ramos – OAB/MS nº 15.031 e Ana Letícia Fernandes – OAB/MS nº 23.050.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001263-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de Alcides Fagnani (inventariante Ivair Fagnani)

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 71, 73 e 75 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000735-6 – SIGILOSO

49ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001121-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Janeth Pereira da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 2,36 hectares em área de Vegetação Ciliar, na Chácara Remanso, localizada em Rochedo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 626/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016/2017).

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000396-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Antônio Arruda Negrisoni e Marina Arruda Negrisoni

Assunto: Apurar a supressão de 7,49 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Dois Irmãos, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº. 307/21/NUGEO. (Programa DNA Ambiental).

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002372-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 32 47.161, S 21 15 23.297, em razão da supressão de 1,4154 hectares de vegetação nativa.

2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001254-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arlindo Dias Barbosa

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 6.637 m² ocorrido na Estância Santa Rita, localizada em Campo Grande/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001088-7 – SIGILOSO

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000640-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no imóvel localizado no Lote nº 4, Quadra nº 80, na Avenida Aquidaban, no Município de Sidrolândia/MS, que está em situação precária em decorrência de maus cuidados.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001334-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar poluição do Córrego Ritinha pelo derrame de 67 mil litros de etanol.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003497-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Advogada: Luciana Torres Azambuja – OAB/MS nº 10.783.

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 15ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 15 DE AGOSTO DE 2022.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003604-8

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Reclamação formulada na Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, versando sobre ausência de auxiliar pedagogo para acompanhar a criança M. A. S. M.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS - APURAÇÃO DA RECLAMAÇÃO FORMULADA NA OUVIDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS FENÔMENO ANÁLOGO À LITISPENDÊNCIA - ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - ESGOTAMENTO DO OBJETO DE APURAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - IMPROVIMENTO RECURSAL. Findas as diligências úteis à instrução deste feito, tem-se



que o mesmo comporta o arquivamento. Compulsando-se os autos, em especial, a certidão juntada de fl. 10, infere-se que os fatos constantes do procedimento já estão sendo investigados nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003315-1, o qual foi instaurado, na data de 04 de abril de 2022, logo, em data anterior à instauração do presente. Em sede de apuração, restou constatado que o referido procedimento tem como objeto “Acompanhar e buscar solução para as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes portadores de transtorno do espectro autista em Três Lagoas - TEA, notadamente a falta de neuropediatria, falta de preparo da Clínica da Criança para laudar portadores de TEA, falta de acompanhamento dos alunos de auxiliar especialista como prevê a Lei Berenice Piana.” Assim, cumpre considerar que o entendimento firmado no Enunciado nº 18, do CSMP, tem por escopo evitar a tramitação simultânea de dois procedimentos versando sobre o mesmo suporte fático, o que poderia dar ensejo à adoção de medidas conflitantes entre si, enquanto se faz desnecessária a apuração do mesmo fato em mais de um procedimento administrativo (*non bis in idem*). Recurso improvido.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do recurso e pela manutenção do arquivamento da Notícia de fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000320-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Japorã

Assunto: Apurar a irregularidade na exigência de "passaporte da vacina" para alunos da rede escolar do município de Japorã/MS, especialmente, em relação às medidas adotadas para que todos os alunos (vacinados ou não), tivessem acesso integral e pleno à todas as atividades pedagógicas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MUNDO NOVO/MS - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA EXIGÊNCIA DE “PASSAPORTE DA VACINA” PARA ALUNOS DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA – CUMPRIMENTO INTEGRAL - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que o Prefeito Municipal de Japorã, logrou êxito em cumprir os termos da Recomendação nº 01/2022/02PJ/MUV, acostada às fls. 32/37. Para tanto, constou, às fls. 73/74, o Decreto nº 1.596, de 23 de maio de 2022, que alterou o artigo 4º do Decreto nº 1.562, de 11 de fevereiro de 2022, visando ao atendimento da Recomendação 01/2022/02PJ/MUV. Dessa forma, considerando-se que as providências adotadas por este órgão ministerial, foram suficientes para aclarar e sanar as irregularidades, conclui-se que o presente procedimento alcançou seu objetivo, qual seja, foram adotadas as medidas necessárias e pertinentes para os fatos investigados, não havendo outras providências a serem adotadas pelo órgão ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000351-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jair Gomes de Oliveira e outro

Assunto: Apurar desmatamento de 4,92 hectares em área de Savana Arborizada com Floresta de Galeria, na "Fazenda Mimosal", em Bandeirantes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme parecer n. 311/19/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO DE 4,92 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA COM FLORESTA DE GALERIA, NA “FAZENDA MIMOSAL”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - IMÓVEL INSCRITO NO CAR - DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 3/2013 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Inicialmente, cumpre frisar que o presente procedimento é resultado do Programa de detecção de desmatamento ilegal de vegetação nativa, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, relativo ao mapeamento via imagem de satélite dos desmatamentos, possivelmente ilegais, ocorridos nos anos de 2016 e 2017, denominado Programa DNA Ambiental (2016-2017). De acordo com os mapas dos imóveis que possuem licenças do IMASUL, e conforme consulta ao Portal Transparência Ambiental, foi constatado que a Fazenda Mimosal possuía a autorização ambiental n. 74/2015, referente à supressão vegetal, no entanto, o desmatamento identificado se encontrava fora da área licenciada. De acordo com o relatório de fls. 177/184, em vistoria realizada pela PMA aos 05.09.2019, não foram observados restos de materiais oriundos da supressão irregular, haja vista o lapso temporal decorrido entre o desmatamento irregular e a vistoria/fiscalização ambiental. A



equipe de fiscalização decidiu pela lavratura de multa, no valor de R\$ 4.000,00 (cinco mil reais) por “Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente”, em 4,9391 hectares em área de floresta nativa não autorizada.” Desta feita, conclui-se que o imóvel possui Cadastro Ambiental Rural (CARMS 0023835 - fl. 84); O desmatamento ilegal não atingiu Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, sendo que a Área de Reserva Legal se encontra de acordo com a exigência legal (atualmente com 234,1922ha), bem como que referido desmatamento ilegal é considerado de menor potencial ofensivo, pois atingiu cerca de 0,40% (4,92ha) do total da área do imóvel (1.137,7907ha). Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000602-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Olinda Pereira Maroto

Assunto: Apurar possíveis danos em Área de Preservação Permanente, na "Fazenda Bracinho Parte 01", em Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEIS DANOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA “FAZENDA BRACINHO PARTE 01” - FORMALIZAÇÃO DE TAC INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006375-6 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 175/180, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006375-6 (fl. 192) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000836-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roque Fachini Filho, Olímpio Stiehler Junior e Stella Leite de Barros

Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 11,07 hectares de vegetação nativa, no período de 07/08/2015 a 10/09/2016, bem como de 91,62 hectares de vegetação nativa, no período de 28/07/2019 a 31/10/2019, no interior do imóvel rural “Fazenda Santa Cruz” (CARMS0062761), na posse de Silvestre Nogueira de Barros e propriedade do Espólio de Manoel Wenceslau Leite de Barros (CPF nº 007.223.911-53), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ/MS - APURAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 91,62 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO PERÍODO DE 28/ 07/ 2019 A 31/ 10/ 2019, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA SANTA CRUZ (ÁREA 01) - ÁREA REMANESCENTE PARCELA 02”, MATRÍCULA Nº 35.773, CARMS Nº 75.110, PERTENCENTE A ROQUE FACHINI FILHO, OLÍMPIO STIEHLER JUNIOR E STELLA LEITE DE BARROS, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES - FORMALIZAÇÃO DE TAC INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006442-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 848/856, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006442-2 (fls. 871/876), para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no



SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000068-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Dienifer Daiane Vilela Alves

Assunto: Apurar eventual dano ambiental situado na Estrada EW 19 Lote 05 G55, sob a inscrição imobiliária nº 23150101207 (matrícula nº 133.354, da 1ª CRI), lote urbano de propriedade de Dienifer Daiane Vilela Alves, no qual houve supressão total da vegetação daquele lote de modo irregular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL SITUADO NA ESTRADA EW 19 LOTE 05 G55, NO QUAL HOUVE SUPRESSÃO TOTAL DA VEGETAÇÃO DE MODO IRREGULAR - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00006487-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que os "Termos de Ajustamento de Conduta" celebrados às fls. 235/240 e 249/253, estão em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o respectivo acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006487-7 (fl. 255) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001180-1 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Advogado: Marcelo Tavares Siqueira, OAB/MS nº 12.320.

Retirado de pauta a pedido do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001319-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cemitério Jardim das Palmeiras LTDA EPP

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores em razão de supostos ilícitos cíveis praticados pelo Cemitério Jardim das Palmeiras LTDA., consistentes em (i) indexação do reajuste da taxa de manutenção ao salário mínimo; (ii) imposição de multa contratual acima do máximo legal; (iii) prática abusiva de venda casada na comercialização das placas de identificação de jazigos. (Protocolo unificado nº 02.2022.00070615-5).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR POSSÍVEL LESÃO A DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES PRATICADO PELO CEMITÉRIO JARDIM DAS PALMEIRAS, CONSISTENTE EM (I) INDEXAÇÃO DO REAJUSTE DA TAXA DE MANUTENÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO; (II) IMPOSIÇÃO DE MULTA CONTRATUAL ACIMA DO MÁXIMO LEGAL; (III) VENDA CASADA NA COMERCIALIZAÇÃO DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE JAZIGOS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM RELAÇÃO A UM DOS OBJETOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Verificado indícios de irregularidades. Possíveis práticas abusivas constatadas em contratos. Suposta venda casada às avessas em razão da empresa ser a única que atende o Regimento do Cemitério. Celebrado TAC com relação à comercialização das placas de identificação de jazigos. Obrigação de não impor contratação de determinado fornecedor e flexibilizar as normas do Regimento Interno. Procedimento Administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Continuidade do feito com relação aos demais objetos do IC. Promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000086-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joel Fernando Andreassi

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa decorrente da utilização de veículo público como particular por funcionário da Agência Estadual de Gestão e Empreendimento de Mato Grosso do Sul AGESUL.

Advogado: Antonio Carlos Nascimento, OAB/MS nº 12.566.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA -APURAR A PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PÚBLICO COMO PARTICULAR POR FUNCIONÁRIO DA AGESUL - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Ofensa aos princípios da legalidade e moralidade. Utilização de veículo público como particular. Acordo de não persecução cível que atende a legislação de regência. Obrigação de pagamento de multa civil. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000229-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Altamiro Sebastião da Silva

Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento de vegetação de origem nativa (Cerrado), sem autorização do órgão ambiental competente, bem como a de explorar a Área de Preservação Permanente, em propriedade rural denominada Fazenda Três Quedas, localizada na zona rural de Camapuã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO DE ORIGEM NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, BEM COMO A DE EXPLORAR A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - RECONHECIDA EXISTÊNCIA DE DANOS - SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA - AÇÃO CIVIL EX DELICTO AJUIZADA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Constatado o desmatamento de remanescente de vegetação nativa e APP. Propriedade devidamente inscrita no CAR. Proferida sentença penal condenatória acerca dos fatos investigados nestes autos. Ajuizada ação civil *ex delicto* visando a indenização dos danos e apresentação e acompanhamento de PRADA. Perda do objeto do presente Inquérito Civil. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001050-2

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de incêndio ocorrido em áreas rurais localizadas nas imediações da perimetral norte. (IC nº 15/2013/PJDMA, migrado para o sistema SAJMP).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE INCÊNDIO OCORRIDO EM ÁREAS RURAIS LOCALIZADAS NAS IMEDIAÇÕES DA PERIMETRAL NORTE - IMÓVEIS ATINGIDOS INSCRITOS NO CAR - APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO/PREVENÇÃO - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Incêndio que atingiu diversas propriedades rurais. Impossibilidade de constatar autoria. Vistorias técnicas que não constatarem danos ambientais decorrentes do incidente. Desnecessidade de recomposição ambiental. Propriedades atingidas inscritas no CAR/MS. Apresentação de projetos de recuperação/prevenção. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

**5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000876-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. SANESUL e o município de Antônio João

Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Federal nº 11.445/2007 e Decreto Federal nº 7.217/2010 pelo município de Antônio João e pela Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul SANESUL em razão da precariedade da concessão da exploração do serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário sem prévia licitação e sem observância das metas definidas no respectivo plano municipal de saneamento básico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR O DESCUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N. 11.445/2007 E DECRETO FEDERAL N. 7.217/2010, PELO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO E A SANESUL, EM RAZÃO DA PRECARIÉDADE DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Alteração legislativa. Revisão de metas nos termos do Decreto n. 10.710/2021, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007. Comprovada capacidade econômico-financeira. Plano Municipal de Saneamento Básico que está sendo acompanhado em acordo judicial. Aptidão para celebração de termos aditivos constatada em parecer técnico. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000124-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Lima Sortica dos Santos (Fazenda Gaúcha)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Gaúcha, situada no município de Bodoquena, consistente em destruir e danificar área de preservação permanente e cortar madeira de lei em desacordo com as determinações legais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - APURAR OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA GAÚCHA, SITUADA EM BODOQUENA, CONSISTENTE EM DESTRUIR E DANIFICAR ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E CORTAR MADEIRA DE LEI EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES LEGAIS - AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM RELAÇÃO A PARTE DA FAZENDA - FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM RELAÇÃO A PARTE RESTANTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Construção de dreno sem licenciamento/autorização. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de indenizar e reparar/regularizar os danos ambientais causados. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Ajuizada ação com relação ao corte de madeira de lei sem autorização e déficit de vegetação nativa. Enunciado nº 17/CSMP. Promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de votar em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000747-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Gomes dos Santos e João Medeiro Diniz

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado “Recanto Santo Antônio” ou “Chácara Santa Terezinha”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1027, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANASTÁCIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE JURÍDICO AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO “CHÁCARA SANTA TEREZINHA” - SOS RIOS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Construção e déficit de vegetação em APP. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de apresentar e cumprir PRADA e manter atualizada a inscrição no CAR/MS.



Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000120-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Defesa Civil do Município de Deodápolis

Requerido: Mário Sergio de Andrade Mendonça

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente e em área de Reserva Legal localizadas no imóvel rural denominado Lote 03, Quadra 70, 10ª Linha, nascente, em Deodápolis/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL EM IMÓVEL RURAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Construção de tanques de piscicultura em APP. Supressão da vegetação nativa. Apresentado CAR. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de reparar os danos causados. Obrigação de indenizar. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000144-8

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ilegalidades em diversos dispositivos normativos veiculados pelo Regimento Interno do Hospital Municipal de Naviraí e pelo Regimento Interno do Corpo Clínico do Hospital Municipal de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR NOTÍCIA DA OCORRÊNCIA DE ILEGALIDADES EM DIVERSOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS VEICULADOS PELO REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAÍ E PELO REGIMENTO INTERNO DO CORPO CLÍNICO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVIRAÍ - RECOMENDAÇÃO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Regimentos Internos que estavam em desconformidade com normas constitucionais. Atribuições do hospital, contratações e exoneração de funcionários, subordinação e atribuições da Diretoria Executiva Hospitalar. Recomendação ministerial integralmente acatada. Publicação dos atos normativos com as adequações indicadas. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003476-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrente: Luciana Bukail de Matos de Campos Mello

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer da representação formulada pela recorrente, solicitando a atuação do parquet para compelir os órgãos competentes a adotarem medidas eficientes a coibir os problemas decorrentes da construção e funcionamento da escola adventista, localizada na Avenida Porto Carreiro, nº 1956, bairro Aeroporto, município de Corumbá/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo provimento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002190-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Maria Deosdédite Giaretta Chaves

Requeridos: Construmak Máquinas e Equipamentos Ltda e João Carlos Valentim da Cruz

Assunto: Apurar notícia indicativa de suposto exercício de atividade de extração de recursos mineiras desprovido de licenciamento ambiental, realizado pela empresa Construmak Máquinas e Equipamentos Ltda e por João Carlos Valentim da Cruz.



Advogados: Andrea Bulgakov Klock, OAB/MS nº 17.064A e Rafael Bulgakov Klock Rodrigues, OAB/MS nº 25.248.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - EXTRAÇÃO IRREGULAR DE RECURSOS MINERAIS - LICENCIAMENTO AMBIENTAL - ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o empreendimento requerido alcançou, na démarche inquisitorial, a competente licença ambiental para regular funcionamento de suas atividades, sem que tenha remanescido sobressalente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco ao meio ambiente, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002933-5

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Ladário/MS

Assunto: Apurar irregularidades quanto ao recebimento de diárias pelos vereadores da Câmara Municipal de Ladário/MS, durante o período de 2009 a 2010.

Advogado: Dejailton Henrique Assad, OAB/MS nº 19.652.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - ÓBITO DO INVESTIGADO - INVENTÁRIO NEGATIVO - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Sobreindo, na démarche inquisitorial, o óbito do investigado, sem que tenha o de cujus deixado bens à partilha, fica prejudicada a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da prática de ato de improbidade administrativa, exsurgindo imponente o convencimento do perecimento superveniente do interesse de agir do Parquet.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001326-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade na disponibilização de vacinas nos Postos de Saúde do Município de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CIDADANIA - POSTO DE SAÚDE - SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO - INFRAESTRUTURA DEFICITÁRIA - IRREGULARIDADES SANADAS - CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET DE PISO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público responsável pela gestão do serviço de saúde tido por deficitário empreendeu os esforços necessários para sua regularização, exsurge imponente o perecimento superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

5. Inquérito Civil 06.2021.00000617-2

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Deivid da Silva Torres, Paulo César Soares de Araújo, Francisco de Assis dos Santos e Eduardo de Brito Leal.

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa através de atos de falsidade ideológica, praticada pelos requeridos servidores públicos supracitados, os quais teriam se validado de certificados de escolaridade falsos para tomar posse na Câmara Municipal de Três Lagoas/MS, nos cargos de Assessor de Gabinete de Vereador.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o acordo de não persecução civil, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Junior.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001536-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o servidor público Felipe Scalco Manzano estaria em situação de desvio de função

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DESVIO DE FUNÇÃO - REALOCAÇÃO - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ATENDIDA - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente municipal requerido acatou, imediata e suficientemente, a recomendação ministerial, regularizando a situação acoimada ilegal, do servidor em desvio de função, sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indício de prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e/ou vontade consciente e dirigida à vulneração da probidade administrativa, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

2.1.3. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002931-3**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edinaldo Dias Lemos - Diretor do EPC

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade no cômputo de diárias e horas-extras de agentes penitenciários durante a gestão do ex-diretor Edinaldo Dias Lemos, no Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE NO CÔMPUTO DE DIÁRIAS E HORAS-EXTRAS DE AGENTES PENITENCIÁRIOS - GESTÃO DO EX-DIRETOR EDINALDO DIAS LEMOS - ESTABELECIMENTO PENAL MASCULINO DE CORUMBÁ - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001483-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual superfaturamento/sobrepço quanto aos itens do pregão presencial 041/2018.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL SUPERFATURAMENTO OU SOBREPÇO QUANTO AOS ITENS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018 - MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - DENÚNCIA GENÉRICA E DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que não foram constatadas as irregularidades apontadas na denúncia, ante a inexistência de elementos concretos que comprovem a prática de atos de improbidade administrativa no Pregão Presencial nº 041/2018. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000307-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Cassilândia



Assunto: Apurar falta de transparência na divulgação dos dados de contratação de empresas prestadoras de serviços de tratamento de água em Cassilândia-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DOS DADOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS PELO MUNICÍPIO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades apuradas foram sanadas pelo Município de Cassilândia, com a inclusão do contrato firmado com a empresa prestadora de serviços de tratamento de água no Portal da Transparência municipal. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000333-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldo Alfredo Costa

Assunto: Apurar eventual poluição e destruição de área de preservação permanente - APP na Fazenda Barreirinho, localizada em Figueirão (MS), de propriedade de Waldo Alfredo da Costa, conforme Ofício nº 014/2ºGPMA/2ºPEL/3ªCIA/15ºBPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL POLUIÇÃO E DESTRUIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA FAZENDA BARREIRINHO - MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades ambientais apontadas pela Polícia Militar Ambiental foram sanadas pelo requerido, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de instauração de ação civil pública. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000331-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que servidores públicos municipais teriam recebido aumento de seus vencimentos em período vedado pela Lei Complementar nº 173/2020, mediante o pagamento de valores a título de “incentivo financeiro especial” - rubrica 368.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL RECEBIMENTO DE AUMENTO DE VENCIMENTOS POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EM PERÍODO VEDADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020 - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatadas as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001164-5

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Ojeda Pancciere



Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual ocupação irregular de Área de Preservação Ambiental situada na Rua Onofre Pereira de Matos, em Dourados. (IC nº 011/2014/PJDMA, migrado para o sistema SAJMP).

Advogado: Antonio Alves Seabra, OAB/13.610.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE EVENTUAL OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL SITUADA NA RUA ONOFRE PEREIRA DE MATOS - MUNICÍPIO DE DOURADOS -DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Considerando que o local objeto de investigação foi considerado como área urbana consolidada, bem como a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2022.00006173-6 para fiscalização e acompanhamento do processo de Regularização Fundiária, não há razões para o prosseguimento do feito ou ajuizamento de ação judicial cabível. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDJO JOSÉ DE LIMA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001977-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário na Licitação da “Polo Academia de Saúde”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DANO AO ERÁRIO - LICITAÇÃO PÚBLICA - MÁ CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do Inquérito Civil, visto que os documentos existentes nos autos não demonstraram eventual dano ao erário na licitação pública referente ao Polo Academia de Saúde; 2. Após apuração dos fatos, verifica-se que o Relatório do DAEX concluiu que a modalidade de licitação escolhida seguiu os parâmetros estabelecidos na Lei de Licitações; 3. Foram adotadas todas as medidas necessárias para a elucidação dos fatos, de modo que a finalidade do procedimento foi atingida.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldjo José de Lima.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000961-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Roberto Montini

Assunto: Apurar a notícia de desmatamento de vegetação nativa, fora da área de reserva legal, ocorrido na Fazenda JM, de propriedade de Carlos Roberto Montini.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - DESMATAMENTO ILEGAL - RELATÓRIO BPMA - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL - CELEBRAÇÃO DE TAC - ACOMPANHAMENTO DO IMASUL - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural autuada por infração ambiental que, após intervenção ministerial, o compromissário obrigou-se a sanear as irregularidades do imóvel e realizar a inscrição no CAR, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Cumpre salientar, ainda, que o caso está sob análise e acompanhamento do IMASUL, já que a Promotoria de origem oficiou ao referido Órgão Ambiental, a fim de que, tão logo seja visto qualquer descumprimento das medidas acertadas, seja o Ministério Público imediatamente comunicado; 3. Logo, com Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no Termo de Ajustamento de Conduta, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldjo José de Lima.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000647-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Juciene Pereira de Sá, Jucival Pereira de Sá e Juvandir Pereira de Sá

Assunto: Apurar a supressão de 57,65 hectares na Fazenda Rio Verde, em Angélica, sem autorização da autoridade competente, conforme Programa SOS Rios - Projeto Córrego Engano. Peticer nº 014/20210 CEIPPAM.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - DESMATAMENTO ILEGAL - PROGRAMA SOS RIOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos, tendo sido apresentado pelo requerido todos os documentos pertinentes, principalmente o comprovante de inscrição no CAR e PRADA com respectivo ART. Portanto, tendo sido comprovadas as medidas administrativas necessárias para a regularização da propriedade, o arquivamento dos autos é medida de rigor; 2. A apuração de eventuais degradações ambientais diversas, além de outras irregularidades por ventura vistas, serão devidamente analisadas pelo IMASUL e tomadas as medidas administrativas adequadas pelo mesmo órgão ambiental, vez que já existente o referido cadastro.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001320-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Itamar Jovigevicius

Assunto: Apurar desmatamento de 1,35 hectares em área de Mata Atlântica, na "Fazenda Três Amigos", em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - DESMATAMENTO ILEGAL - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL - CELEBRAÇÃO DE TAC - ACOMPANHAMENTO DO IMASUL - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade rural autuada por supressão vegetal sem autorização legal que, após intervenção ministerial, o compromissário obrigou-se a sanear as irregularidades do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Cumpre salientar, ainda, que o caso estará sob análise e acompanhamento do IMASUL, já que o Parquet se comprometeu a oficiar ao referido Órgão Ambiental, a fim de que, tão logo seja visto qualquer descumprimento das medidas acertadas, seja o Ministério Público imediatamente comunicado; 3. Logo, com Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no Termo de Ajustamento de Conduta, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000188-1

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Assunto: Apurar eventual descumprimento de oferta (art. 30 CDC) em campanhas promocionais via aplicativo "Burger King Brasil", com a prática de preço normal, ou sem o desconto anunciado, para cupons e códigos promocionais gerados por consumidores no "App" e não efetivamente aplicados em lojas físicas da rede Burger King.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DESCUMPRIMENTO DE OFERTA - APLICATIVO COM CÓDIGO PROMOCIONAL NÃO APLICADO EM LOJAS FÍSICAS - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA RESTITUIÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE OS VALORES COBRADOS E RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS TECNOLÓGICOS - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Pessoa Jurídica do ramo alimentício que não observou disposições do CDC e, após intervenção ministerial, se comprometeu a resolver problemas/inconsistências relacionados à Tecnologia da Informação, além de ressarcir os consumidores lesados, direta ou indiretamente, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002463-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Tomás Junqueira de Camargo e outros

Assunto: Apurar possível supressão irregular de vegetação nativa na Fazenda Fazendinha, em Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO NATIVA - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE UMA DAS PROPRIEDADES - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - INSTAURAÇÃO DE I.C. PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES REFERENTES A OUTRA PROPRIEDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento que visa apurar desmatamento ilegal em propriedades rurais localizadas em Bandeirantes/MS. Após intervenção ministerial, celebrou-se Termo de Ajustamento de Conduta com os proprietários da "Fazenda paratudo II" (antiga "Fazenda Fazendinha" - Gleba A e D), a fim de regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel; 2. No que diz respeito a denominada "Fazenda Rapadura" – Gleba A e B, determinou-se a instauração de Inquérito Civil, com objetivo de continuar com as investigações a respeito da referida propriedade rural; 3. Instaurou-se Procedimento Administrativo-PA para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, de modo que a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000518-8.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Primeria Delegacia Polícia de Corumbá/MS

Requerida: Agropecuária Sucuri Ltda - EPP

Assunto: Apurar a regularidade do incêndio de 1,92 hectares de mata ocorrido em 24/02/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda Rio Vermelho", região da Nhecolândia, situado na zona rural do Município de Corumbá/MS, pertencente a Roque Fachini Filho (CPF nº 035.256.768-67), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

Advogado: João Luís da Silva Souza, OAB/MS nº 24.230.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - AUTUAÇÃO CRIMINAL POR INCÊNDIO PROVOCADO - INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade Rural denominada "Fazenda Vó Zita do Rio Vermelho" que, após intervenção ministerial, se comprometeu a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora sem a prévia autorização ambiental, além de apresentar Plano de Ação Contra Incêndio e autorizar seus funcionários a participarem de curso de ações de prevenção contra incêndio, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001273-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Helio Pereira da Silva

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 61 da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO LOTE 61 DA QUADRA 80, DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS, BEM COMO EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO MANEJO INADEQUADO DO SOLO E DA VEGETAÇÃO NATIVA DO REFERIDO IMÓVEL RURAL - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 302-308; Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00004416-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de ajustamento de conduta; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior



prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000139-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agostinho Ermoso Martins

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,91 hectares de fragmento em área de Mata Atlântica, na Fazenda São Roque, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 6BDUT643.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O DESMATAMENTO DE 2,91 HECTARES DE FRAGMENTO EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA SÃO ROQUE, EM IGUATEMI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO N. 6BDUT643 - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações contidas nas fls. 227-234; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 06.2022.00006626-4, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000947-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Roberto Diniz Comelli

Assunto: Apurar o déficit de 5 hectares em área de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, bem como existência de processos erosivos, na propriedade Estância Marcela Parte A, em Angélica/MS, conforme o parecer nº 031/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios - Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O DÉFICIT DE 5 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, BEM COMO A EXISTÊNCIA DE PROCESSOS EROSIVOS, NA PROPRIEDADE ESTÂNCIA MARCELA PARTE A, EM ANGÉLICA/MS, CONFORME O PARECER N. 031/2021 CEIPPAM/LASANGE/UEMS - RECOMENDAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Mostra-se prematuro o arquivamento deste inquérito civil, tendo em vista que não há nos autos a comprovação de que as medidas adotadas foram suficientes para atingir o desiderato primordial do presente inquérito. 2. Na análise dos documentos que instruem os autos, verifica-se que remanescem danos ambientais na propriedade apontados pelo parecer n. 031/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (fls. 6-14), em especial no tocante às áreas degradadas inseridas em área de preservação permanente; 3. Em face disso, impõe-se o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para empreender medidas visando a: a) observar as recomendações técnicas apontadas à fl. 13, "item 5", pelo CEIPPAM, visando a recuperação das áreas degradadas e; b) viabilizar, empós, vistoria pela Polícia Militar Ambiental ou DAEX/MPMS, a fim de documentar se os danos apontados no parecer ambiental n. 031/2021 foram sanados; 4. Enunciado nº 10/CSMP. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000394-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Aparecido Ferraciolli e Aguinaldo dos Santos

Assunto: Apurar possível irregularidade na manutenção do servidor público Carlos Aparecido Ferraciolli em cargo em comissão, junto ao município de Eldorado, bem como eventual ato de improbidade administrativa do Prefeito Municipal



em decorrência da referida manutenção.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA MANUTENÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO CARLOS APARECIDO FERRACIOLLI EM CARGO EM COMISSÃO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE ELDORADO, BEM COMO EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DA REFERIDA MANUTENÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte do Prefeito Municipal de Eldorado, que exonerou o servidor Carlos Aparecido Ferraciolli, bem como revogou a portaria que lhe concedeu acréscimo de gratificação; 2. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001255-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Carlos Renee de Oliveira Venâncio

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação de três escritórios de advocacia e uma empresa de consultoria, para prestação de serviços de assessoria jurídica, pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas (processo administrativo nº 20.194/2017, contratada Coimbra & Palhano Advogados Associados S/S; processo administrativo n. 20.306/2017, contratada Bastos, Claro & Duailbi Advogados Associados; processo n. 20.389/2017, contratada Vinícius Monteiro Paiva Advogados Associados S/S - ME e; pregão presencial nº 011/2017, contratado IMDICO - Instituto Multidisciplinar de Consultoria Ltda e processo nº 20.389/2017), com gastos estimados em quase R\$ 2 milhões, a despeito da municipalidade contar com 16 advogados em seu quadro funcional.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TRÊS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA (COIMBRA & PALHANO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S", "BASTOS, CLARO & DUAILIBI ADVOGADOS ASSOCIADOS" e "VINICIUS MONTEIRO PAIVA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S-ME") E UMA EMPRESA DE CONSULTORIA (IMDICO - INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE CONSULTORIA LTDA), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, COM GASTOS ESTIMADOS EM QUASE 2 MILHÕES, A DESPEITO DA MUNICIPALIDADE CONTAR COM 16 ADVOGADOS EM SEU QUADRO FUNCIONAL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil; 2. Após o retorno destes autos com todas as diligências cabíveis, em especial acórdão oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e relatório de análise contábil elaborado pelo DAEX/MPMS, não restou constatada a existência de irregularidades na contratação ou execução dos contratos administrativos das empresas acima referenciadas, contratadas pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas, razão pelo qual o arquivamento medida que se impõe, seguindo a linha do art. 26 da Resolução nº 015/2007; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.000002378-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a inscrição de propriedades rurais no CAR (Cadastro Ambiental Rural), conforme iniciativa estratégica do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE JARDIM - APURAR AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS NO CAR/MS - IRREGULARIDADES SANADAS - CADASTROS DEVIDAMENTE REALIZADOS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.



Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, porquanto todos os imóveis rurais realizaram a devida inscrição no CAR/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000587-7

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAÍBA - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO COMPATÍVEL COM DETERMINAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que o hospital utiliza o Protocolo Manchester, que define o tempo máximo de espera de atendimento conforme a classificação de risco. Ademais, de acordo com o Relatório de Visita Técnica, em entrevista aos pacientes que se encontravam no local, verificou-se que o percentual de satisfação dos usuários está em torno de 92,3%. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001179-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Daniela Weiler Wagner Hall, Allan Aquino Guedes de Mendonça, Laudir Munaretto, Lupa Comunicações Ltda e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução dos contratos oriundos do Processo Licitatório 023/2017, da Câmara Municipal de Dourados.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE DOURADOS - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO E FAVORECIMENTO DE EMPRESAS DE JORNALISMO SUBCONTRATADAS - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS E NOTAS FISCAIS ATESTANDO A REGULARIDADE DO CONTRATO - PLANILHA DEMONSTRATIVA CONTENDO O NÚMERO DE MÍDIAS ENCAMINHADAS PARA CADA EMPRESA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, pois todos os serviços foram devidamente prestados e empenhados, conforme demonstrado por notas fiscais e cópias de cheques e transferências bancárias que atestam o repasse total dos valores destinados a publicidade. Ademais, não se constatou o suposto direcionamento, visto que as empresas de jornalismo são previamente cadastradas na Câmara Municipal e apresentam quantitativo equivalente de mídias veiculadas. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000315-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Analisar o Laudo nº 008/2019 do NUGEO/Bonito, que informou possível desmatamento de 33,56 hectares de vegetação nativa na Fazenda Coqueiro.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE BONITO - APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO IMASUL E RELATÓRIO DO CEIPPAM QUE ATESTAM A AUSÊNCIA DE DANO - SUPRESSÃO VEGETAL REALIZADA EM ÁREA ABRANGIDA POR AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - INSCRIÇÃO NO CAR/MS DEVIDAMENTE REALIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem



sanadas, porquanto, conforme manifestação técnica do IMASUL e laudo de vistoria do CEIPPAM, a área suprimida estava incluída em autorização ambiental emitida pelo órgão competente, não havendo que se falar no presente caso em ocorrência de danos ambientais. Ademais, certificou-se que a propriedade se encontra devidamente inscrita no CAR/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002243-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório nº 135/2018 do Município de Ladário, relativo à locação de 10 ônibus de passageiros para prestação de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MUNICÍPIO DE LADÁRIO - APURAR IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCOLAR - SUPOSTO DIRECIONAMENTO E SUPERFATURAMENTO DOS VALORES COBRADOS - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO ATESTANDO A REGULARIDADE E LEGALIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que o Pregão Presencial nº 18/2018, conta com Parecer favorável do TCE atestando a regularidade e legalidade do processo. Ademais, houve a realização de auditoria pela Controladoria Geral do Município que confirmou a quantia de quilometragem a ser percorrida em cada rota. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000284-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Correia

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de desmatamento de 8,32 hectares de vegetação para conversão do uso do solo, de pastagem para lavoura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SETE QUEDAS - APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO DE ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PARECER DO CEIPPAM ATESTANDO A REGULARIDADE DA PROPRIEDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, conforme Parecer do CEIPPAM, houve somente limpeza de pastagem em área convertida para uso alternativo do solo, não havendo que se falar no presente caso em ocorrência de dano ambiental. Ademais, certificou-se que a propriedade se encontra devidamente inscrita no CAR/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

7. Inquérito Civil n.º 06.2022.00000251-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: André Luiz Botton, Chaiane Emília Dalazen Botton e Paulo Roberto Botton

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em 0,45 hectares de Reserva Legal na Fazenda Dois Irmãos, localizada neste Município e Comarca de Sidrolândia/MS, consoante Laudo Técnico nº 84/21/Nugeo e Auto de Infração e Multa nº 2.756, referente a Etapa 01 janeiro e fevereiro de 2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa (2021).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO VEGETAL DE RESERVA LEGAL E ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA -CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de



acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001875-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Helio do Carmo Flor

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 30, propriedade de Hélio do Carmo Flor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE FALTA DE ESTRUTURAS PARA CONTER ENXURRADA E REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL - DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO - LOTE URBANO - DESNECESSIDADE DE REGISTRO JUNTO AO CAR/MS - IMÓVEL REGULAR - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto restou identificada a regularidade jurídico-ambiental do imóvel. Após vistoria da polícia militar ambiental, verificou-se a ausência de dano ambiental no imóvel. Igualmente, tratando-se de lote urbano, desnecessária a inscrição do imóvel no CAR/MS. Ausência de justa causa para atuação do órgão de execução. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001884-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Rodrigues das Paz e Sandra Santana Silva Rodrigues

Assunto: Apurar desmatamento de 10,48 hectares em área de Vegetação Ciliar - Aluvial, na Fazenda Cabeceira da Estrada GLEBA 02, em Selvíria/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 441/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO DE 10,48 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO CILIAR ALUVIAL - FAZENDA CABECEIRA DA ESTRADA (GLEBA 02) - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000685-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdenir Aparecido de Souza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental referente às áreas remanescentes de vegetação nativa não declaradas no CARMS 0067236, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, no Município de Angélica, conforme Parecer nº 064/2020-CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - MEIO AMBIENTE - APURAR ÁREAS REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA NÃO DECLARADAS NO CARMS DA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA - PROGRAMA SOS RIOS - PROJETO CÓRREGO ENGANO - INQUÉRITO CIVIL PREVIAMENTE INSTAURADO - OBJETO IDÊNTICO - DUPLICIDADE - FENÔMENO ANÁLOGO AO DA



LITISPENDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica em razão da constatação de fenômeno análogo ao da litispendência, isto é, a verificação de outro inquérito civil previamente instaurado com o mesmo objeto e as mesmas partes. Sendo assim, em conformidade com o Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público, “em se reconhecendo a duplicidade de procedimentos com o mesmo objeto e as mesmas partes, deve-se promover o arquivamento do procedimento mais recente (...)”, justamente como procedeu o órgão de execução. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000891-5

17ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Corpore Decorados e outro

Assunto: Apurar suposta irregularidade quanto às normas de acessibilidade no calçamento em frente ao imóvel Corpore - Decorados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - DIREITOS HUMANOS - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE QUANTO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NO CALÇAMENTO EM FRENTE AO IMÓVEL CORPORE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - OBRAS DE ACESSIBILIDADE - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A homologação da promoção de arquivamento se justifica tendo em vista a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o responsável pelo empreendimento, firmando-se o compromisso de desenvolver um projeto de reforma e acessibilidade para sanar as não conformidades às leis e normas de acessibilidade. O Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso foi devidamente instaurado, conforme prevê o artigo 38 da Resolução nº 15/2007-PGJ e o Enunciado 09 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001023-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS

Assunto: Apurar suposto descumprimento do artigo 7º, §2º, do Estatuto dos Servidores de Rio Verde de Mato Grosso/MS, no que se refere à porcentagem de cargos comissionados destinados a servidores efetivos, e apurar suposto descumprimento do art. 8º, da Lei Complementar nº 173/2020, por meio da criação de novos cargos comissionados durante a calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DESTINADO A CARGOS EFETIVOS NO MUNICÍPIO E SUPOSTA CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - ALTERAÇÃO LEGISLATIVA - PERCENTUAL MÍNIMO ATENDIDO - AUSÊNCIA DE CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS COMISSIONADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto as irregularidades originalmente apontadas não se confirmaram, diante da constatação do preenchimento do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de servidores efetivos exercendo cargos comissionados, bem como da ausência de criação de novos cargos comissionados durante o período da pandemia de Covid-19. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000382-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pesqueiro do Paulão

Assunto: Apurar suposto dano ambiental devido à construção em Área de Preservação Permanente APP, na propriedade denominada Pesqueiro do Paulão em Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MEIO AMBIENTE - APURAR SUPOSTO DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE CONSTRUÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - DECLÍNIO



DE ATRIBUIÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - INTERESSE E APTIDÃO DA UNIÃO DEMONSTRADOS - RIO APA - CONSTRUÇÃO DE PESQUEIRO ÀS MARGENS DE CURSO D'ÁGUA FEDERAL - INDÍCIOS DE DANO AMBIENTAL DENTRO DE ÁREA DE PROTEÇÃO FEDERAL - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. O declínio de atribuição merece ser homologado, porquanto restou demonstrado o interesse e a aptidão do Ministério Público Federal para presidir a investigação, uma vez que o dano ambiental decorrente da construção de edificação de alvenaria se encontra dentro de área de proteção federal Rio APA (curso d'água federal). Decisão em conformidade com o Enunciado nº 16, de 6 de outubro de 2017, do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o Declínio de Atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003994-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Recorrente: Rui Almeida Gil Filho

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposto excesso de cargos comissionados na Câmara Municipal de Bonito/MS.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE BONITO - APURAR SUPOSTO EXCESSO DE CARGOS COMMISSIONADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO AOS INTERESSES OU DIREITOS TUTELADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - EXCESSO NÃO CONSTATADO - DESVIO DE FUNÇÃO NÃO IDENTIFICADO - INCIDÊNCIA DO ART. 11, I, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - DESPROVIMENTO DO RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O desprovimento do recurso em notícia de fato e a consequente homologação da promoção de arquivamento se justificam, porquanto não foram identificados indícios de lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público. Não houve demonstração do excesso de cargos comissionados na Câmara Municipal de Bonito/MS, tampouco eventual desvio de função. Decisão em conformidade com o art. 11, inciso I, da Resolução nº 15/2007 da PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso e pela homologação da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000099-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital São Judas Tadeu

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Hospital São Judas Tadeu de Iguatemi, apontadas no Relatório de Auditoria Extraordinária - SISAUD/SUS nº 235/2018 e Relatório de Visita Técnica nº 862/2019 da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU DE IGUATEMI, APONTADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA - SISAUD/SUS Nº 235/2018 E RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA Nº 862/2019 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RECOMENDAÇÃO ACATADA. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto o Hospital São Judas Tadeu de Iguatemi acatou a Recomendação do Ministério Público Estadual. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002798-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luzia Regina Gutuzzo e Willian Fraga Fontoura

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em executar desmatamento sem autorização ambiental no imóvel rural denominada Fazenda Novo Horizonte, distrito de Cabeceira do Apa, município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM EXECUTAR DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL NO IMÓVEL RURAL DENOMINADA FAZENDA NOVO HORIZONTE, DISTRITO DE CABECEIRA DO APA, MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ.



CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os Requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006108-0 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001635-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gregório Jorge Ferreira Camargo e Rachel Aguiar Gaeti Camargo

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Piragua de propriedade de Gregório Jorge Ferreira Camargo e Rachel Aguiar Gaeti Camargo, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA PIRAGUA DE PROPRIEDADE DE GREGÓRIO JORGE FERREIRA CAMARGO E RACHEL AGUIAR GAETI CAMARGO, ÀS MARGENS DO RIO APA. DILIGÊNCIAS CUMPRIDAS. VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL. AVANÇO DO CUMPRIMENTO DAS SUGESTÕES FEITAS PELO DAEX. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Confrontando as recomendações proferidas pelo DAEX com os novos documentos juntados aos autos, verifica-se que foram tomadas as devidas providências para acatar as sugestões e sanar os danos apontados pelo DAEX na Ficha Cadastral nº 0017. Assim, não havendo nos autos elementos que exijam o prosseguimento das apurações ou a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00001397-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Ereni Batista de Oliveira Souza

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Executivo Municipal quanto à manutenção das pontes localizadas sobre os rios Sapé e Córrego fundo, no distrito da Pontinha do Cocho, devido às más condições em que se encontram, dificultando o acesso dos transeuntes.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO. APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUANTO À MANUTENÇÃO DAS PONTES LOCALIZADAS SOBRE OS RIOS SAPÉ E CÓRREGO FUNDO, NO DISTRITO DA PONTINHA DO COCHO, DEVIDO ÀS MÁS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM, DIFICULTANDO O ACESSO DOS TRANSEUNTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Da análise dos documentos juntados aos autos, verifica-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, com fundamento no artigo 15, inciso XXVII, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, e no artigo 26, §6º, I, da Resolução n.º 015/2007-PGJ, dando continuidade às investigações, tendo em vista a preocupação de se evitar acidentes aos transeuntes, de modo que: a) determine a realização de vistoria in loco, a fim de averiguar as condições estruturais das pontes localizadas sobre os rios Sapé e Córrego Fundo, no distrito da Pontinha do Cocho, certificando nos autos, inclusive com registro fotográfico; b) requeira a prestação de informações do Município de Camapuã/MS, em especial pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, através de competente laudo técnico, sobre as reais condições estruturais e de trafegabilidade das pontes localizadas sobre os rios Sapé e Córrego Fundo, no distrito da Pontinha do Cocho. Assim, voto pelo conhecimento e provimento do Recurso Administrativo e pela não homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo provimento do recurso e pela não homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001844-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos processos licitatórios Pregão Presencial nº 002/2017 e Pregão Presencial nº 015/2017, os quais redundaram, respectivamente, na contratação das empresas Transpicoli Transportes LTDA e Odilon de Oliveira Rezende-ME, para prestação de serviços de transporte escolar neste Município, bem como na execução dos contratos daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017, OS QUAIS REDUNDARAM, RESPECTIVAMENTE, NA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSPICOLI TRANSPORTES LTDA E ODILON DE OLIVEIRA REZENDE-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NESTE MUNICÍPIO, BEM COMO NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DAÍ DECORRENTES. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, voto pela não homologação da promoção de arquivamento e converto o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, consoante disposto no artigo 26, §6º, I, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça. Sem prejuízo de outras diligências que o órgão de execução entender pertinentes, desde já, aponto como imprescindível que a Promotoria de Justiça de origem se manifeste em relação às irregularidades apontadas pelo DAEX quanto ao Contrato nº 002/2017, então firmado entre o Município de Nova Alvorada do Sul e a empresa Transpicoli Transportes Ltda. ME, porquanto faz parte do objeto de investigação do procedimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000478-5

Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual suposta contratação ilegal de servidores temporários para o exercício de atividades de limpeza e manutenção de espaços públicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL SUPOSTA CONTRATAÇÃO ILEGAL DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que inexistem provas de que o Município de Nova Alvorada do Sul tenha realizado a contratação de temporários para a realização de serviço de limpeza em espaços públicos. Ademais, com o deslinde das investigações, verificou-se que por iniciativa particular e com verbas próprias (doações de interessados) houve a contratação de pessoas para realizar o serviço de limpeza nos espaços, não havendo envolvimento da gestão pública, mas sim uma relação jurídica particular. Posto isso, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000607-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivanir Luiz Bonadiman

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,54 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 153/22/NUGEO, ocorrida na Fazenda Chiripá (CAR/MS nº 0079392), localizada em Anastácio/MS, cujo responsável legal é o senhor Ivanir Luiz Bonadiman.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 2,54 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME CONCLUSÃO DO LAUDO TÉCNICO N. 153/22/NUGEO, OCORRIDA NA FAZENDA CHIRIPÁ (CAR/MS N. 0079392), LOCALIZADA EM ANASTÁCIO/MS, CUJO RESPONSÁVEL LEGAL É O SENHOR IVANIR LUIZ BONADIMAN. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem



adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006258-0 (fls. 75-79) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001666-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Dois Corações

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Dois Corações de propriedade de Leonildo Bigatão e Leonilda Prandina Bigatão, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA DOIS CORAÇÕES DE PROPRIEDADE DE LEONILDO BIGATÃO E LEONILDA PRANDINA BIGATÃO, ÀS MARGENS DO RIO APA. DILIGÊNCIAS CUMPRIDAS. VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL. AVANÇO DO CUMPRIMENTO DAS SUGESTÕES FEITAS PELO DAEX. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise dos Relatório de Vistoria nº 004/2ºGPMA/2021, verifica-se que a Polícia Militar Ambiental constatou a existência de isolamento em grande parte da Área de Preservação Permanente do Rio Apa, havendo evolução em relação à última vistoria, bem como que apesar da Área de Preservação Permanente não está totalmente recomposta, se encontra em processo evolutivo. Assim, verifica-se que há a observância do PRADA protocolado perante o respectivo órgão de controle ambiental. Assim, não havendo nos autos elementos que exijam o prosseguimento das apurações ou a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

Campo Grande, 9 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 62/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2022.00004264-0 (Sigiloso) - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados.

Campo Grande, 6 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 82/2022-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA o candidato de graduação em Direito** aprovado no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocado no AVISO Nº 65/2022 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 12/09/2022 e 16/09/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1.1 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
MATEUS MACIEL RIBAS	10ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 09 de setembro de 2022

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE DECISÃO DE RECURSO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00002452-0****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação **Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2022** (Processo nº 09.2022.00002452-0), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante ERNAINA RIBAS MATEUS foi conhecido e, no mérito, teve seu **provimento negado**.

Campo Grande, 08 de setembro de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00002452-0****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação **Pregão Eletrônico nº 19/PGJ/2022** (Processo nº 09.2022.00002452-0), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, a intenção de recurso manifestada pela licitante ELIAS JUNIOR DA SILVA não foi conhecida.

Campo Grande, 08 de setembro de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0522/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES LTDA**, representada por **Magna Jardim de Almeida**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e reajuste dos valores contratados, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor total: R\$ 32.391,72 (trinta e dois mil trezentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos).

Vigência: 30.09.2022 a 30.09.2023.

Data de assinatura: 8 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00007012-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços de engenharia, referente ao fornecimento e instalação de motor e portão, e ainda, outras adequações, para atender unidade/prédio deste Ministério Público Estadual no interior do Estado.

Valor total: R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000465, 2022NE000466 e 2022NE000467, de 18.08.2022.

Vigência: 31.08.2022 até 31.08.2023.

Data de assinatura: 31 de agosto de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2022 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.684 DE 09 DE JUNHO DE 2022 (PÁGINAS 28 E 29).**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: 09.2021.00006476-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Alberto Youssef**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa, contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca de referência: União, Alto Alegre, Único, Doçura, Neve, Guarani e Guacira. Marca: Guacira	Unidade	12.000	5,15
2	Adoçante dietético líquido, sem adição de calorias, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca de referência: Zero Cal, Finn, União, Linea, Assugrin e Adocyl. Marca: Adocyl	Unidade	350	3,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 07 de junho 2022.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2022 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.684 DE 09 DE JUNHO DE 2022 (PÁGINA 29).

REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: 09.2021.00006476-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MANÁ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Crhys Abreu de Brito**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 09/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca de referência: Caboclo Tradicional, Três Corações Tradicional, Pilão Tradicional e Melitta Tradicional. Marca: Três Corações	Unidade	16.000	13,94

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 08 de junho 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 015/2022/76PJ/CGR

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a retificação do objeto de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

ONDE CONSTA:

INQUÉRITO CIVIL 06.2021.00000753-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública – SESAU

OBJETO: "Apurar o saneamento das irregularidades estruturais e sanitárias da Unidade de Pronto Atendimento Aparecida Gonçalves Saraiva – UPA Universitário e a reabertura da farmácia da Unidade".

PASSE A CONSTAR:



INQUÉRITO CIVIL 06.2021.00000753-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde – SESAU

OBJETO: *"Apurar o saneamento das irregularidades estruturais e sanitárias da Unidade de Pronto Atendimento Aparecida Gonçalves Saraiva – UPA Universitário, reabertura da farmácia da Unidade, bem como o cumprimento da escala médica pelos profissionais".*

Campo Grande-MS, 08 de setembro de 2022.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 40/2022.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2021.00003308-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Denisar José Ferragut.

Objeto: Fiscalizar eventual descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n.67/2008 e necessidade de eventual celebração de aditivo, diante do teor do Relatório Técnico n. 044/2021.

Campo Grande, 08 de Setembro de 2.022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL N. 0029/2022/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00000910-7

REQUERENTE: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: Apurar a eficiência da gestão da Assistência Farmacêutica pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, em razão da ocorrência de desabastecimentos de medicamentos integrantes da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME.

Campo Grande, MS, 06 de setembro de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N° 0001/2022/33PJ/CGR****Edital de Ciência de Eliminação de Documentos**

O Excelentíssimo Dr. Nicolau Bacarji Júnior, Promotor de Justiça titular da 33ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes da Lista de Eliminação de Documentos n° 01/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução n° 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande, 08/09/2022.

NICOLAU BACARJI JÚNIOR
Promotor de Justiça

Lista de Eliminação de documentos n° 01/2022

Proveniência: 33ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS		Procedência: 33ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS	
Tipo documental Nome/ conteúdo informativo	Justificativa da Eliminação	ANO INICIAL	ANO FINAL
Ofícios Recebidos	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2015	2019
Ofícios expedidos	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2015	2019
Livro ata – Registro de Atendimento	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2007	2012
Livro ata – Registro de procedimentos preparatórios	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2008	2012
Livro ata – Controle de Inquéritos Cíveis	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2008	2008
Livro ata – Controle de peças de informações	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2011	2011
Termos de Declarações	Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de Temporaneidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022. Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda	2015	2019
Responsável pelo Preenchimento: Jaqueline Obregão da Rosa Ramos - Técnico I -Mat: 801750-6 33ª Promotoria de Justiça de Campo Grande Data do preenchimento: 08/09/2022			



DOURADOS

EDITAL N. 0017/2022/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2022.00008790-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Acordo Celebrado nos Autos n. 0900160-23.2019.8.12.0002 - Item IV - Do Serviço de Família Acolhedora..

Dourados/MS, 06 de setembro de 2022.

FABRÍCIA BARBOSA LIMA

Promotora de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

EDITAL Nº 0031/2022/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000909-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000909-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho por servidor municipal lotado na Secretaria de Obras de Coxim/MS.

Coxim/MS, 02 de setembro de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça em Substituição Legal

MIRANDA

EDITAL Nº 011/2022

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000925-1, cujos autos podem ser integralmente acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000925-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Investigado: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na nomeação de Luiz Felipe Machado Florença para o cargo em comissão de Controlador Geral do Município de Miranda.

Miranda/MS, 09/09/2022.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça



PARANAÍBA

EDITAL N° 009/2022

A Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000947-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Paranaíba.

Assunto: Apurar irregularidades no fechamento de via pública por particular.

Paranaíba, 8 de setembro de 2022.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL N° 0066/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008326-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00008326-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Vergilino Siqueira da Rocha

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0900021-83.2020.8.12.0019, a fim de viabilizar a regularização jurídico ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Horizonte" de propriedade de Vergilino Siqueira da Rocha após desmembramento da área da antiga fazenda Flor de Maio.

Ponta Porã/MS, 05 de setembro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0067/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008327-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00008327-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Arino Siqueira Rocha

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0900021-83.2020.8.12.0019 a fim de promover a regularização jurídico ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Curupaí de propriedade de Arino Siqueira Rocha, após desmembramento da antiga fazenda Flor de Maio

Ponta Porã/MS, 05 de setembro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça